

CLIPPING

Veículo: 24Horas News Data: 24/06/2011 Pág: Online

Começa dia primeiro de julho a proibição de queimadas de MT

O Comitê de Gestão do Fogo de Mato Grosso aprovou a proposta de ampliação do período proibitivo de queimadas entre o dia 1º de julho a 15 de outubro, e a encaminhou ao governador Silval Barbosa, para sanção. Caso a proposta seja aceita, o período de proibição será o mais longo da história no estado, passando de 60 dias para 106.

O decreto estadual estabelece o período proibitivo entre 15 de julho a 15 de setembro. O pedido de antecipação e ampliação foi feito pelo secretário de Meio Ambiente, Alexander Maia. Os números explicam a medida.

Os satélites do INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE) detectaram somente este ano, quase mil focos de calor em Mato Grosso. Segundo dados da Sema, nos últimos quatro anos, as queimadas começaram com toda força já no mês de julho e se estenderam até o mês de outubro. Só em 2010, durante o proibitivo, foram registrados mais de 200 mil focos de queimadas no estado.

"Teremos maior possibilidade de diminuir a incidência dos incêndios florestais, ou seja, quando as queimadas fogem do controle", avaliou o tenente coronel Dercio Santos da Silva, coordenador do Comitê de Gestão do Fogo.

Custo

O combate às queimadas deve custar mais de R\$ 111,5 milhões durante o período proibitivo no estado. O montante, calculado com base no planejamento orçamentário do Governo do Estado, Departamento Nacional de Infra-estrutura (Dnit) e Corpo de Bombeiros, será utilizado para reduzir em até 65% a quantidade de focos de calor registrados em 2010, retirar o estado da lista dos que mais queimam e ainda diminuir os gastos do poder público com internações hospitalares por conta das queimadas.

Dos cofres estaduais devem ser investidos aproximadamente R\$ 10 milhões em equipamentos e no reforço de equipes de combate aos incêndios. Ao todo, o estado pretende contar com o trabalho de dois mil homens de todos os órgãos ambientais durante o período proibitivo das queimadas.

O Departamento Nacional de Infra-estrutura (Dnit) responsável pela manutenção das cinco estradas federais que cortam o estado terá que desembolsar R\$ 25 milhões para fazer o aceiro das 24 mil hectares de terra localizadas nas margens das rodovias federais.

